

## A IDEIA E A NECESSIDADE DO AMBIENTE

Euler Sandeville Jr.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. A ideia e a necessidade do ambiente. Prefácio. In SILVA, Marcos Virgílio da. Naturalismo e biologização das cidades na constituição da idéia de meio ambiente urbano. São Paulo: Alameda, 2014, ISBN 978-85-7939-229-0

A ideia de ambiente urbano é um tema ainda pouquíssimo explorado em sua densidade, embora bastante corrente em diversas áreas do conhecimento. Para além de uma problematização do tema, Marcos Virgílio procura as bases para um desenvolvimento teórico-conceitual necessário. Marcos Virgílio é um jovem autor e professor que tem trazido por diferentes olhares uma reflexão sobre a cidade e a sua história. Para mim é uma grande satisfação apresentar este livro, que há muito acho que deveria ter sido publicado e que trará grande contribuição ao aprofundamento dos temas na área ambiental. É também uma satisfação porque me cabe o papel que seria de seu orientador prefaciando a publicação desta pesquisa, cuja contribuição podemos ver presente no texto, o Professor Philip O. M. Gunn, precocemente falecido.

Muitas vezes vi a discussão da questão ambiental em um retrospecto histórico mais ou menos assim: teve antecedentes com o livro Primavera Silenciosa (não raro com o Morte e Vida das Grandes Cidades), e tem como momento fundador a conferência de Estocolmo, marco já distante e um pouco apagado pelos desdobramentos institucionais que daí vieram. Certo? Sem dúvida importante, mas essa narrativa, sempre um pouco mais extensa, pode levar a uma visão muito objetivada, tanto quanto irreal, da emergência da questão ambiental. Marcos Virgílio procura iluminar em uma duração mais ampla vários aspectos dessa intrincada história, a partir de correlacionar a aproximação do urbanismo com a biologia (e com o ambientalismo), em um campo de crítica cultural e ideológica bastante complexo no qual reconhece um dualismo, cuja riqueza se poderá perceber pela leitura deste livro. É um trabalho de fôlego, não só atravessa criticamente esses principais momentos, como traz outros já esquecidos, relacionando-os na perspectiva de uma crítica social contundente.

Essa aproximação não é apenas uma tentativa de dar conta de um mundo sem precedentes, ultra-conectado, que começa a surgir com a chamada revolução industrial e a sociedade urbana. Indubitavelmente, a “crise ambiental” surge a passo com essas transformações. Mas não foi apenas uma forma de conhecer e se localizar em um mundo que se agudiza com intenso dinamismo, foi também apropriação ideológica. Aqui parece residir o interesse central de Marcos Virgílio, iluminar essas representações por esse prisma. Nas suas palavras: “O enquadramento histórico adotado, portanto, volta-se à análise de 'representações'”

sociais e à história das idéias e das mentalidades, nos moldes da 'Escola dos Annales', bem

como a abordagem marxista em torno da questão da ideologia” (p. 18). O que significa para o autor “embasar a análise dos discursos em torno das cidades e da natureza como construções

sociais relacionada à divisão de classes, às estratégias de dominação e hegemonia ideológica, aos conflitos e

lutas sociais, é fundamental situar o debate dentro das diversas expressões do marxismo” (p. 18). Com isso, a dimensão política do tema não fica mais na única voz de sua institucionalização, e adquire uma potencialidade crítica muitas vezes subestimada.

É a partir de uma vasta literatura que lida com esse olhar sobre as representações, que o autor politiza o tema, que tem sido tão frequentemente tratado de modo raso e naturalizado, sem espessura. Esse conjunto de documentos e tendências de pensamento levantados pelo autor se entrelaçam na construção dessas representações e do imaginário associado à cidade. O livro coloca assim o leitor em contato com uma bibliografia importante, organizada por assuntos reunidos nos temas que constroem sua abordagem, inclusive sobre história ambiental, na qual podemos incluir este livro com destaque

O esforço de diálogo entre esses campos nos chama atenção para os nexos, perdidos em olhares de especialização, mostra uma complexidade social nessas construções, diante de um mundo em rápidas mudanças que se expressam em uma crise ambiental, que ainda que sentida, é lentamente assimilada até hoje. E quando o é, o é através de campos sociais instituídos em relações de poderes econômicos, onde nem sempre o social se evidencia apesar de alegado; ou seja, são estruturas de poder. O trabalho chama atenção para os campos mentais nas quais se apoiam essas disputas.

Há outros lados que mereceriam ser vistos além desse recorte ideológico, afinal, tratava-se, e trata-se ainda, de um campo a ser enfrentado nas práticas, e nas políticas. A dimensão antiurbana do ambientalismo eu veria como uma necessidade e não só como preconceito ou ideologia. E também como poética. Claro que esses juízos de valor têm implicações, e claro que a biologização da imagem da cidade deixa muito a desejar. No entanto, há uma inequívoca crise ambiental, que não pode simplesmente opor a cidade como grande concentração tornando-se modelo de um ambiente humanizado. Relações são perdidas. Não esquecer que há na gênese ampliada do ambientalismo não só a submissão às relações de produção e a uma ideologia que oculta o urbano em suas contradições, mas vetores de resistência, outras vias políticas que buscam uma autonomia e que neste início de século (como nos anos 1960) mostraram sua potência frente ao enrijecimento na luta pelo poder de formas mais tradicionais e centralizadoras. Trata-se de saberes que evidenciam, com legitimidade, as consequências e perdas em curso. E há de fato, em muitos casos nessa esteira do ambientalismo pós-60, não a crise ambiental, não a crise entre uma sociedade que não vê limites ao crescimento e uma ciência que mostra relações entre organismos e destes com o ambiente que já não é determinista, mesmo que ainda revestida do artifício sistêmico. O livro confronta-se com

essas dimensões, e assume uma posição ao colocá-las em discussão. Nas palavras do autor, “ver o ambientalismo como resultado de um longo processo de transformação das sensibilidades e das mentalidades que ocorreu ao longo do longo e impreciso período denominado 'moderno'” (p.143).

Esse potencial criativo e de reação não é a matéria que ocupa a crítica ideológica assumida por Marcos, mas seu trabalho instigante estabelece relações que mostram a complexidade cultural de gênese que têm sido olhadas de modo acrítico, justificando já aí sua contribuição. Ajuda, nesse sentido, a suplantar um ambientalismo sem crítica, que esquece ou oculta sua contradição básica - o ambientalismo por decreto, pós-modernidade e regulamentação, de editais - mostra suas contradições e sua dimensão fundamentalmente de artifício político e econômico no processo de sua institucionalização e normatização. Mas tem outra esteira que igualmente o suporta, que é a emergência de um novo segmento profissional, destinado a integrar-se aos processos em curso. De um lado, contribui para renovar comportamentos e formas de produção, de outro, enfrenta problemas que exigem novos encaminhamentos, de outro ainda, banaliza sua proposição, tornando-a imediata ao estilo “vamos salvar o planeta”, “daqui nada se tira etc” que são uma decomposição de motivações que foram em outro momento solidárias, inventivas e de resistência, por outro lado mais uma vez, atende a novas formas de organização dos negócios.

Superar a polarização progresso-nostalgia a que se remete o ambientalismo está por se fazer. Desarmar o ambientalismo não é a solução, nem a contribuição. Não é apenas questão ideológica, embora o seja também. Estamos diante de problemas novos, que a sociedade procura se organizar de modo não homogêneo, e na medida em que novas condições vão se gerando, disputam seus recursos e possibilidades não apenas esses grupos, mas grupos hegemônicos ou emergentes aos quais essas condições deixam de ser limitantes para se tornar necessidade e em muitos casos, oportunidade. Mesmo nesse caso, uma pulverização de oportunidades se revela e se organiza, os impactos vão além do campo temático do ambientalismo. Se desarmar o ambientalismo não é solução, uma vez que teve o grande mérito em suas vertentes de colocar em questão nossas condições de existência no espaço terrestre, até então olvidadas, sua eleição a um paradigma inclusivo também oculta inúmeras condições de subordinação das razões humanistas alegando-se centrado na natureza. Há que se entender como o ambientalismo contemporâneo é ativo nas a relações de dominação no espaço e na produção desse espaço e sua cultura contemporânea, e de subordinação a interesses econômicos e normativos contrários ao ideal libertário que atravessa parte de seu imaginário.

Por muito tempo planejadores desconsideraram o que lhes parecia contrário ao progresso dos meios de produção na sua perspectiva de apropriação social, apostando nessa via de controle da produção e do espaço (da produção do espaço) sua razão social. Apenas muito recentemente os temas ambientais integram o planejamento de modo mais contundente, enunciado. Mas nesse ponto já estamos nas considerações que concluem este livro, o trabalho exatamente aponta para uma nova perspectiva, ao perceber com acerto, no meu entendimento, uma campo para além do que hoje está estabelecido e que demanda de nós sua superação:

“a defesa de um urbanismo como práxis (não apenas teorização), vivência (não

ciência) ou experiência (não normatismo) envolveria a adesão a um exercício simultaneamente criativo e experimentalista, que poderia resultar num redimensionamento das práticas usuais da disciplina, ou no desenvolvimento de um novo instrumental de atuação, ou mesmo numa radical redefinição de seus termos”.

“Não se pode deixar de reconhecer o papel que alguns movimentos de feição ambientalista exerceram (e vêm exercendo presentemente) de resistência e, por vezes, mesmo de confrontação, à ordem econômica e social hegemônica – e, portanto, é possível que muitas das críticas ao ambientalismo carreguem em si um traço reacionário que deve ser refutado com tanta ou mais veemência do que o conservadorismo encontrado em certas tendências ambientalistas. Se as questões ambientais por si mesmas têm-se tornado uma nova e importante arena de conflitos sociais (como aqueles envolvendo populações tradicionais em áreas de preservação, analisadas por Diegues), também se observa que antigos embates vêm sendo trazidos à arena dos conflitos socioambientais como nova expressão de questões sociais anteriores”. (p. 224)

Essas são já as questões de chegada, como denominou Marcos Virgílio suas conclusões. Essas questões apontam para um novo olhar a ser ainda tecido, compreendendo o campo ideológico em uma complexidade social e cultural mais ampla, de uma história ambiental que ainda está por ser escrita e que necessita ser escrita. Creio que este trabalho, cuja conclusão deve ser lida com a mesma atenção que seu instigante e polêmico desenvolvimento sugere, é um passo nessa direção. Não há como ignorar o que o autor, usando Boaventura Santos chama de *conhecimento-regulação* na trágica saída da *solidariedade para o colonialismo*, na qual a ciência, e não só a biologia ou o urbanismo, não foi nada neutra, mas *instrumental*, e por vezes interessada na medida em que a tragédia dessas decisões e desses confrontos humanos era um portal para um conhecimento que já não sente necessidade de se justificar socialmente - os avanços em tempo de guerra, em especial a bomba, e os avanços na produção e no lazer, estão entre os mais expressivas evidências dessa ausência de neutralidade. Nada simples por sinal. O livro abre portanto um debate que ainda está por ser percorrido, e ainda é um trabalho desbravador à espera de novos interlocutores.